Situação	Finalizada
Iniciado	quinta-feira, 19 mar. 2026, 16:08
Concluído	quinta-feira, 19 mar. 2026, 16:13
Duração	4 minutos 57 segundos
Nota	**10,00** de um máximo de 10,00(**100**%)

Questão 1

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

A ética na advocacia é representada por um conjunto de princípios e regras de natureza moral que regulam o exercício da profissão.

Com base nos dispositivos estabelecidos no Código de Ética e Disciplina da OAB acerca do tema publicidade profissional na advocacia, é correto afirmar que:

a. é permitida a publicidade profissional do advogado em caráter meramente informativo, primando pela discrição e pela sobriedade, não podendo caracterizar captação de clientes ou mercantilização da profissão

b. é permitida a veiculação da publicidade por meio de rádio, cinema e televisão.

c. é permitido o fornecimento de dados de contato, como endereço e telefone, em colunas ou artigos literários, culturais, acadêmicos ou jurídicos, publicados na imprensa, bem como na hipótese de eventual participação em programas de rádio e televisão ou em veiculação de matérias pela internet, sendo vedada a referência a *e-mail*.

d. é permitido ao advogado responder com habitualidade à consulta sobre matéria jurídica nos meios de comunicação social.

e. é permitido o uso de *outdoors* para a divulgação dos serviços de advocacia.

Sua resposta está correta.

A resposta correta é:
é permitida a publicidade profissional do advogado em caráter meramente informativo, primando pela discrição e pela sobriedade, não podendo caracterizar captação de clientes ou mercantilização da profissão

Questão 2

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

Uma das vedações impostas aos advogados está relacionada à forma de publicidade — eis que o sentido extraordinário de sua atividade lhe atribui a propriedade de um múnus ou de verdadeira missão social. Tício, advogado recém-formado, vem enfrentando dificuldades em conseguir uma cartela de clientes para o seu escritório. Em vista disso, passa a distribuir panfletos em frente ao prédio da Previdência Social de sua cidade, visando a captar clientes para atuar na área de Direito Previdenciário. Nos referidos panfletos, constam sua especialidade (Direito Previdenciário) e o valor de honorários cobrados por seus serviços profissionais, com valor inferior ao fixado na tabela de honorários da OAB.

Nos termos do Código de Ética e Disciplina da OAB, a conduta de Tício é:

a. incorre em infração disciplinar, uma vez que é permitido o uso de panfletos para a captação de cliente, mas o valor de honorários por serviços prestados deve respeitar o mínimo estabelecido na tabela de honorários da OAB.

b. incorre em infração disciplinar, uma vez que, em seus panfletos, constam valores de honorários cobrados por seus serviços profissionais, fixados em patamar inferior ao estipulado pela tabela de honorários da OAB.

c. ética, não havendo violação ao Código de Ética e Disciplina, uma vez que consiste na captação de clientes ao distribuir panfletos ao público, oferecendo seus serviços como advogado, e sua especialidade está especificada nos panfletos.

d. incorre em infração disciplinar consistente na captação irregular de causas, ao distribuir panfletos ao público oferecendo seus serviços como advogado. ✓

e. ética, não havendo violação ao Código de Ética e Disciplina, uma vez que consta nos panfletos o valor de honorários cobrados por seus serviços profissionais, fixados, aliás, em patamar inferior ao estipulado pela tabela de honorários da OAB.

Sua resposta está correta.

A resposta correta é:
incorre em infração disciplinar consistente na captação irregular de causas, ao distribuir panfletos ao público oferecendo seus serviços como advogado.

Questão 3

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

A Constituição da República Federativa do Brasil inclui a advocacia entre as funções essenciais à justiça, indicando que existe uma relação especial de confiança entre advogado e cliente. Caio é advogado de João, empresário, indiciado como réu em um processo originário de uma operação investigativa de uma força-tarefa entre membros do Ministério Público e Polícia Federal. O Promotor de Justiça do caso chamou o advogado Caio para depor sobre assuntos relacionados a fatos que envolvem seu cliente em outro processo.

Nesse caso, frente ao disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, pode-se dizer que:

a. Caio não pode recusar-se a depor frente ao Promotor de Justiça em decorrência da hierarquia existente entre magistrados, promotores e advogados, resultando sua recusa em depor em processo disciplinar por desacato à autoridade.

b. Caio só poderá depor sobre fatos dos quais obteve conhecimento em virtude de ser advogado de João, sem que ocorra a violação de sigilo profissional, depois de decorrido o prazo prescricional de cinco anos.

c. Caio não é obrigado a depor perante o Promotor de Justiça, uma vez que os fatos são relacionados a seu cliente João. ✓

d. Caio não está obrigado pelo sigilo profissional, uma vez que seu depoimento é com relação a outro processo de seu cliente, não estando, nesse caso, vinculado como defensor de João.

e. Caio não poderia quebrar seu sigilo profissional, mesmo que houvesse grave ameaça à vida, à honra ou para sua própria defesa.

Sua resposta está correta.

A resposta correta é:
Caio não é obrigado a depor perante o Promotor de Justiça, uma vez que os fatos são relacionados a seu cliente João.

Questão 4

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

Entre as formas de assistência jurídica aos menos favorecidos, estão a atuação da defensoria pública e a advocacia *pro bono*.

Em relação a esta última, e considerando a atuação como defensor nomeado, observando o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, constata-se que:

a. a advocacia *pro bono* é a prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de pessoas naturais que não disponham de recursos para a contratação de profissional. ✓

b. a advocacia *pro bono* é gratuita, mas isso não impede que, após acordarem, o advogado venha a cobrar do beneficiado um valor de honorários pela prestação de serviço, mesmo que irrisório.

c. a advocacia *pro bono* não pode ser exercida em favor de instituições sociais sem fins econômicos, mesmo que não disponha de recursos para a constituição de um advogado particular.

d. a advocacia *pro bono* pode ser usada como meio de captação de clientes, sem que isso resulte em infração ética.

e. a advocacia *pro bono* pode ser utilizada para fins político-partidários ou eleitorais, mas não como instrumento de captação de clientes.

Sua resposta está correta.

A resposta correta é:
a advocacia *pro bono* é a prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de pessoas naturais que não disponham de recursos para a contratação de profissional.

Questão 5

Correto

Atingiu 2,00 de 2,00

O sigilo profissional é de ordem pública, de modo que a sua natureza é imperativa ao advogado, que deve cumpri-lo independentemente de requerimento de segredo que lhe tenha sido feito pelo cliente. Sepriano é advogado de David em uma ação de divórcio com pedido de pensão alimentícia. Nesse processo, discutem-se a partilha dos bens, o cunho financeiro, o pensionamento e a guarda dos filhos menores do casal. Irresignado com as exigências de Cláudia, sua ex-mulher, David confessa a Sepriano, este na condição de seu advogado, que contratará um assassino de aluguel para dar um jeito em Cláudia.

Frente a essa revelação, Sepriano deve revelar o segredo que lhe foi confidencializado às autoridades competentes, violando o sigilo profissional e a confiança de seu cliente?

a. Sepriano não pode revelar o segredo que lhe foi confiado por David, pois o advogado deve sempre guardar sigilo sobre o que venha a saber em razão do seu ofício.

b. Sepriano poderia revelar o segredo que lhe foi confiado por David, mas apenas no caso de ser intimado como testemunha em ação penal eventualmente deflagrada para a apuração do homicídio que viesse a ser efetivamente praticado.

c. Sepriano não pode revelar o segredo que lhe foi confiado por David, mas tem obrigação legal de impedir que o homicídio seja praticado sob pena de se tornar partícipe do crime.

d. Sepriano pode revelar o segredo que lhe foi confiado por David em razão de a vida de Cláudia, ex-mulher deste último, estar em risco. ✓

e. Sepriano só pode revelar o segredo que lhe foi confiado por David se efetivamente ocorrer o homicídio de Cláudia, circunstância que obriga o advogado a procurar espontaneamente as autoridades policiais e revelar as informações que tem acerca do provável mandante do homicídio.

Sua resposta está correta.

A resposta correta é:
Sepriano pode revelar o segredo que lhe foi confiado por David em razão de a vida de Cláudia, ex-mulher deste último, estar em risco.

Copyright © 2024 Faculdade Guerra